



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

126ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 23 de agosto de 2017 - Horário: 09h às 19h

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte

SUMÁRIO-EXECUTIVO

1. Abertura da reunião pelo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente.

O Ministro de Meio Ambiente, Sr. José Sarney Filho, abriu a reunião compartilhando a notícia de que, segundo o IMAZON, o desmatamento da Amazônia caiu 21% nos últimos 12 meses. Os dados oficiais ainda não estão disponíveis, mas o INPE já aponta para o mesmo caminho. Disse não ter sido surpreendido pelos resultados, devido ao trabalho de combate ao desmatamento, criação, ampliação e melhor gestão de unidades de conservação e de estímulo à economia verde. Ainda nessa temática, falou sobre a proposta em desenvolvimento voltada à concessão da exploração dos serviços em UCs, com destaque para os parques nacionais - PARNAs que possuem elevado potencial turístico, e que foram fomentadas atividades sustentáveis que valorizam a floresta em pé, enquanto geram emprego e renda. Colocou ainda estar empenhado no aumento da capacidade operacional do IBAMA e do ICMBio e que o Fundo da Amazônia destinou recursos à fiscalização. O PPCDAM foi valorizado e teve aprovada sua 4ª fase, que inovou com a incorporação do eixo econômico e normativo. Acentuou que foi dado foco no manejo sustentável de florestas públicas federais, que aumentou em 20% e tem funcionado para empresas de diversos portes, assim como para comunidades locais. O desenvolvimento do SINAFLOR reforçou as atividades de garantia da legalidade da madeira comercializada, pelo acompanhamento de toda a cadeia produtiva.

O MMA e suas vinculadas estiveram nos estados da Amazônia para afinar as ações, ouvindo dificuldades e propostas. Abordou a minuta de decreto sobre conversão de multas em serviços ambientais, como recuperação de áreas degradadas e reflorestamento. Neste caso, será dada prioridade às bacias de alta criticidade hídrica, como a do rio São Francisco e a do rio Parnaíba, a primeira no contexto do Programa Novo Chico, do Governo Federal. Tratam-se de ações que se aproximam das metas do Acordo de Paris, as quais o MMA está trabalhando, numa estratégia de implementação nacional.

Dentre outros assuntos mencionados, destacou que neste mês entrou em vigor a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, o que significa que essa substância extremamente letal passará a ter controle internacional, garantindo a proteção da população e do meio ambiente contra seus efeitos adversos. Noutro ponto, informou que foi aprovado na comissão de meio ambiente da Câmara dos Deputados o projeto de lei, conhecido como Lei do Mar, que institui a Política Nacional para a Conservação e Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro, com o objetivo de melhorar a gestão marinha e costeira.

Por fim, mencionou assuntos que estão sendo discutidos no CONAMA, como os padrões de qualidade do ar, as resoluções impactadas pela legislação superveniente, evitando intervenção direta do Congresso Nacional, e propostas voltadas à proteção e manejo da fauna. Elencou os pontos de pauta da 126ª RO e, antes de finalizar seu discurso, convidou os conselheiros a participar do Seminário sobre o Rio Doce, a ser realizado nos dias 24 e 25/08/17, no IBAMA.

2. Apresentação dos novos Conselheiros.

A diretora do DConama fez a leitura dos nomes dos conselheiros.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [125ª Reunião Ordinária](#), de 21 de junho de 2017.

Transcrição aprovada por unanimidade.

4. Tribuna Livre (15 minutos).

Lisiane Becker (Mira-Serra): veio externar a preocupação da rede de ongs da Mata Atlântica, da Confederação Nacional de RPPNs e da Assembleia Permanente de Entidades Ambientistas do Rio Grande do Sul, quanto ao sucateamento dos PARNAs (Serra da Capivara, Lagoa do Peixe e Aparados da Serra), dos CRAs e das CETAS. Criticou as mudanças de UCs para tipos mais permissivos, como as APAs. Acentuou o caso do assassinato do guarda-parque, Edilson, por caçadores e do retrocesso na legislação ambiental, onde citou a não implementação do Fundo Nacional de Restauração do Bioma Mata Atlântica, instituído na Lei nº 11.428/06. Por fim, pediu 1 minuto de silêncio ao guarda-parque assassinado.

O ministro, em resposta à manifestação da conselheira, disse que repassaria as informações aos órgãos competentes para conseguir uma resposta escrita. Destacou a questão do Parque Nacional da Serra da Capivara e disse ter ido prestar solidariedade à família do guarda-parque, assim que soube da tragédia. Disse também estar preocupado com os passivos na área ambiental e que tem trabalhado no sentido de reverter a percepção popular de que não há mais fiscalização ou controle.

Francisco Soares (FURPA): reconheceu a importância do seminário sobre o combate à desertificação, realizado pelo MMA em Teresina, envolvendo o poder judiciário, ministério público e tribunais de conta, o qual já tem gerado desdobramentos. Destacou que o Piauí é o Estado com a maior desertificação do país, fazendo um apelo ao Ministro para que empreendimentos que degradem o solo recebam a atenção do MMA, inclusive impedindo-os de acontecer. Pediu também desmatamento zero, via decreto estadual, para municípios piauienses que utilizam a vegetação para a produção de carvão vegetal, permitindo apenas atividades de subsistência. Agradeceu ao governador, secretário de segurança e secretário de meio ambiente do Piauí pela criação da delegacia de combate aos crimes ao meio ambiente, que veio como pagamento da dívida ambiental que o governo possuía. Novamente agradeceu ao MMA, aos governadores do PI, CE e MA pela instalação do comitê de bacia do rio Parnaíba, o que também considera como uma dívida ambiental e agora pede sua instalação o mais rápido possível. Ao Ministro e ao governo do PI, agradeceu por outra dívida paga, no caso, a criação do Parque Nacional da Serra Vermelha.

Domingos Ailton (GERC): registrou a importância da reativação da CT de Educação Ambiental do CONAMA, para mostrar que o processo ambiental deve ser transversal. A Educação Ambiental precisa colaborar para a mudança de comportamento em relação ao ambiente natural, o campo e a cidade. Destacou a FLONA Contendas do Sincorá, na Bahia, uma das poucas áreas de proteção da

Caatinga, que tem sofrido com ausência de recursos. Por fim, disse que o Comitê da Bacia do Rio das Contas levantou questionamento em relação à autorização do órgão ambiental estadual para a construção de duas barragens no município de Piatã.

Mauro Wilken (SESBRA): falou da resolução em pauta que liberará o “lodo de esgoto”. Destacou que no Brasil não existe controle e tratamento da presença de fármacos presentes no esgoto, que prejudicaria os solos e os recursos hídricos. Pediu a volta da matéria para a CT de Qualidade Ambiental.

Boisbaudran Imperiano (PROAM): reiterou a necessidade de se ampliar o espaço da Tribuna Livre, por ser o CONAMA um parlamento ambiental e o tempo é exíguo demais. Citou a resolução na pauta, sobre compostagem, alertando que não se dispõe de tecnologia para retirada dos fármacos presentes no lodo de esgoto. Teme que a produção de alimentos e a água fiquem comprometidos. Pede o retorno à CT de Qualidade ou a exclusão do lodo do texto da resolução.

O ministro disse que os assuntos que chegam à Plenária já passaram pelo crivo técnico das CTs e que voltar não seria o correto. Acentuou que a lentidão do CONAMA é muito criticada.

Ronaldo Vasconcelos (Ponto Terra): lembrou da criação do ICMBio e da criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela em 2014, importante para a proteção dos recursos hídricos para a região metropolitana de Belo Horizonte, cujo conselho consultivo tem se reunido. Elogiou a administração do MMA pelo atual Ministro, ressaltando sua capacidade de fazer “as coisas andarem”. Criticou a não-assinatura do documento da Samarco, pelo prefeito de Santa Bárbara.

Roney Alves (Movimento dos Catadores): acentuou a importância da participação do Movimento no CONAMA, para trazer o ponto de vista do tratamento dos resíduos sólidos Brasil afora. Segundo ele, a situação nada mudou desde a promulgação da política nacional de resíduos sólidos. Citou o fechamento dos lixões e que agora lutam para evitar a perda do material reciclável, que é jogado nos aterros sanitários, devido à não implementação da coleta seletiva. Quanto à pauta da reunião, disse que queria fazer emenda na resolução para evitar a mistura de materiais inorgânicos no rejeito, pedindo o apoio dos conselheiros.

João Monsã (ADEMASP): deu ênfase sobre o seminário do desastre da Samarco, no rio Doce. Lamentou a dimensão do desastre e do longo tempo de recuperação.

Dinamã Tuxá (comunidade indígena): parabenizou o Ministro pela diminuição do desmatamento da Amazônia e repudiou a atitude do Ministério da Justiça que anulou uma portaria declaratória da terra indígena em Jaraguá/SP.

Zuleica Nicz (APROMAC): parabenizou o MMA pelos esforços para a ratificação da Convenção de Minamata que trata do mercúrio, uma neurotoxina presente tanto no solo quanto na atmosfera. Pediu, lembrando duas moções do CONAMA, a elaboração de uma política nacional sobre mercúrio. Quanto às questões das CTs do CONAMA, disse que nem tudo é técnico e que deveria ser reavaliada a forma de discussão. Falou da necessidade do MMA produzir documentos técnicos antes da edição das normas.

Luiz Paulo (RENCTAS): quanto à gestão da fauna, as propostas que circulam no CONAMA estão distanciadas do discurso com os gestores de fauna. Os estados estão distantes das discussões, outrora

prevista na LC 140; a discussão não passou antes pelos estados. Cita a antiga administração e do caráter de imposição das minutas em discussão, o que gera conflitos em todo país. Destacou a situação dos CRAs e dos CETAs, que deveriam estar na vanguarda das discussões.

Rogério Menezes (ANAMMA): disse que a Anamma coordenou em julho um evento em Campinas, chamado Fórum Brasil de Gestão Ambiental, o qual contou com a presença de cerca de 8 mil pessoas. Registrou a própria recondução para a presidência da Anamma no próximo biênio e a ampla composição da nova equipe, com cerca de 30 municípios e 4 capitais. Elogiou a retomada da Comissão Tripartite Nacional, na qual os municípios poderão novamente fazer parte das discussões. Citou a assinatura de um termo de cooperação técnica sobre a taxa de controle e fiscalização ambiental, entre Anamma e Ibama, aumentando a base de arrecadação e possibilitando que os recursos cheguem na ponta, nos municípios.

Anderson Aguilar (Gov. MG): apresentou-se ao Conselho e agradeceu ao Ronaldo Vasconcelos sobre falas anteriores, feitas na tribuna livre. Agradeceu ao MMA pelo apoio à capacitação dos gestores municipais, no âmbito técnico, jurídico e administrativo, melhorando sua atuação em sentido amplo.

5. Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA.

5.1. Apresentação dos resultados parciais do Grupo Assessor ao Plenário – Revisão de resoluções Conama à luz da legislação superveniente.

Criado durante a 121ª Reunião Ordinária do CONAMA, em 16/03/2016, é composto pelos membros da CTAJ, e coordenado pela CONJUR/MMA.

Dr. Rafael Santana falou da importância do GA, que é, sobretudo, para tratar de segurança jurídica das resoluções. Citou a Resolução Conama nº 264/99, relatada pelo Dr. Bruno Manzolillo, para a qual não foi verificada nenhuma incompatibilidade jurídica. Informou que trará na próxima reunião a ATA e os encaminhamentos feitos no último GT.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta e, por escrito, de requerimentos de urgência, proposta de moção e de recomendação.

6.1. Antônio Stroski, Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, passou a palavra para o Sr. Justiliano, Secretário de Municípios Verdes do Estado do Pará, para falar sobre as justificativas do pedido de regime de urgência de proposta de resolução apresentada à mesa que trata da revisão do Coeficiente de Rendimento Volumétrico (CRV), entre outros, constante da Resolução Conama nº 411/09, modificada pela Resolução Conama nº 474/16. A proposta de regime de urgência foi aprovada por unanimidade e também foi dado encaminhamento para que o assunto fosse levado à CT de Florestas e demais Formações Vegetacionais.

6.2. Raulff Lima, conselheiro pela entidade RENCTAS, solicitou inversão de pauta, visando antecipar a apreciação da Moção constante da pauta. A solicitação foi posta à Plenária e aprovada por maioria.

7. Ordem do Dia

7.1. Processo nº [02000.202725/2017-12](#) - Proposta de Moção de apoio à implementação dos compromissos estabelecidos na Carta Caiman, assinada pelos governos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Proponente: RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

Pedido de vistas pela CNA, APROMAC e Anamma NE.

7.2. Processo nº [02000.001228/2015-37](#) – Proposta de Resolução CONAMA que define critérios e procedimentos para a produção de composto proveniente de resíduos sólidos orgânicos.

Proponente: Ministério do Meio Ambiente.

Dra. Zilda Veloso fez uma [apresentação](#) na qual resumiu o conteúdo existente da proposta de resolução. Após a apresentação, a Sra. Zuleica Nicz indicou que existem problemas conceituais no parecer do MMA diante da saúde pública e tratados internacionais.

Foi dado início às discussões sobre as emendas apresentadas pelos conselheiros, sendo que apenas os seguintes dispositivos tiveram maior debate: §1º do art.3º, que trata da permissão da adição de lodos de estações de tratamento de esgoto sanitário; e o art.9º que trata de segregação na origem de resíduos orgânicos.

A minuta foi aprovada, após ter recebido emendas de plenária.

7.3. Processo nº [02000.001724/2016-71](#) – Proposta de Resolução CONAMA que dispõe sobre o uso de queima controlada em incidentes de poluição por óleo no mar.

Proponente: Ministério de Minas e Energia.

Dra. Zilda Veloso passou a palavra para que os Srs. Renato Sampaio, do MME, e Carlos Henrique Abreu, do IBP/CNI, fizessem uma explanação sobre a proposta de resolução. Foram destacados e esclarecidos os 3 principais pontos de discussão, a saber: 1) utilização de média horária ou de 24h para tomada de decisão, incluindo o material particulado 10 ou o 2,5; 2) circunstância de interrupção da queima; 3) presença de benzo-a-pireno. O Dr. Rafael Santana, CONJUR do MMA, foi chamado para esclarecer o porquê do termo “respondedor” estar grifado em azul na minuta, sendo que ele informou que se preferiu manter uma uniformidade com outras normas, como a Resolução Conama nº 472/15, buscando garantir a segurança jurídica.

Após a votação do texto-base e do início das deliberações sobre a proposta, a matéria foi aprovada com emenda.

8. Informes

8.1. Relatório IBAMA com dados consolidados de 2016 relativos à destinação de pneus inservíveis, conforme Resolução Conama nº 416/2009.

O sr. Gilberto Werneck, do IBAMA, fez uma **apresentação** sobre o relatório. Destacou que o mercado é representado por 22% de importação e 78% de fabricação nacional. Dentro do objetivo da Resolução que era destinar 100% dos pneus gerados para o mercado de reposição no Brasil, foram atendidos quase 97% da meta de destinação de pneus inservíveis. Na série histórica de desempenho dos setores, foi observado que os fabricantes tiveram a coleta e destinação acima da meta estipulada para seu segmento e hoje pleiteiam utilizar esses créditos. Já os importadores tiveram a queda de 1 ponto percentual, sendo que os motivos ainda serão trazidos ao CONAMA posteriormente. Acentuou que a tecnologia mais usada no país para a correta destinação é o “Coprocessamento”.

9. Encerramento